

Gislaine Duffeck

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Educação do Campo do
Centro de Ciências da Educação - CED
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de
Licenciada em Educação do Campo.
Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Thaise Costa
Guzzatti.

Florianópolis
2020

Ficha de identificação da obra

Duffeck, Gislaine

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA /
Gislaine Duffeck;

Orientador, Thaise Costa Guzzatti, 2020.
70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
de Ciências da Educação, Graduação em Educação
do Campo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. I. Guzzatti, Thaise Costa. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação do Campo. III. Título.

Gislaine Duffeck

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciada em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática.” E aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2020.

Prof^ª Adriana Angelita da Conceição, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Thaise Costa Guzzatti
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Silvio Domingos Mendes da Silva,
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Vilênia Venâncio Porto Aguiar, Dra.
Avaliadora
NAF – Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a todas as
mulheres pela luta, e aos meus
queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador do Universo, princípio de tudo que existe.

Agradeço a minha orientadora Dra. Thaise Costa Guzzatti, pela orientação, dedicação e paciência em todas as etapas deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço ao meu esposo Anderson, pelo apoio e incentivo, principalmente, em dias difíceis por nunca me deixar desistir.

Agradeço a minha mãe Marli que sempre me incentivou a não desistir dos meus sonhos e que ficou muito emocionada no dia em que comemorei ter passado no vestibular para este curso. A meu pai Valdemar que também sempre me incentivou nos estudos.

Sou grata a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração desta pesquisa.

Então, o camponês descobre que tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história.
(FREIRE, 1988)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral refletir sobre a participação das mulheres na produção agroecológica em Papanduva. Para o desenvolvimento do estudo, a metodologia consistiu em uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso. Foram selecionadas e entrevistadas mulheres de duas UPF (Unidades Produtiva Familiar) com certificação orgânica no município, conforme cadastro do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), além de representante da Secretaria Municipal da Educação e da EPAGRI. A pesquisa buscou compreender como se deu o processo de transição agroecológica das propriedades, como está sendo construída a autonomia das mulheres no processo, qual foi o papel das políticas públicas, assistência técnica e como acontece a comercialização dos produtos agroecológicos. Também buscou entender o papel da educação para a superação das desigualdades de gênero e desenvolvimento da agroecologia no município. Com o desenvolvimento da pesquisa pode-se afirmar que, no que diz respeito à transição para uma produção mais ecológica, às mulheres foram (e são!) as principais protagonistas. Elas encontraram dificuldades, tais como: o uso da agricultura convencional ao redor do estabelecimento, a obtenção de financiamento/crédito e acesso a políticas públicas que fomentassem tal perspectiva. Apesar dos avanços nas propriedades estudadas, ainda é notável a desigualdade de gênero, sobretudo no que concerne a divisão sexual do trabalho. Este aspecto claramente limita o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres. Há indicativos de fortalecimento do agronegócio no município e não há indicativos, por outro lado, de uma ação pública efetiva para o incentivo e promoção da agroecologia e para a superação das desigualdades de gênero que ainda persistem no meio rural de Papanduva.

Palavras-chave: Agroecologia, gênero e agricultoras.

ABSTRACT

This work's main goal has been to reflect on the participation of women in agro-ecological production in Papanduva. For the development of the study, the chosen methodology was a qualitative research, implemented through a case study. Women from two UPF (family productive unit) with organic certification in the municipality, as registered by the MAPA (Ministry of Agriculture, cattle raising and supplies), were selected to be interviewed, in addition to a representative from the Municipal Secretariat of Education and EPAGRI.

The research sought to understand how has the properties' process of transition to agro-ecology happened, how is women's autonomy being built throughout the process, what was the role of public policies, technical assistance and how trading of agro-ecological products took place. Also, the research aimed to understand the role of education to the overcoming of gender inequalities and development of agro-ecology in the municipality. With the development of the research it can be claimed that, concerning the transition for a more ecological production, women were (and they are!) the main protagonists. They encountered difficulties such as: the use of conventional agriculture around their properties, the access to financing/ credit and to public policies that promote such perspective. Despite advances in the properties studied, gender inequality is still remarkable, especially with regard to the sexual division of labor. This aspect clearly limits the personal and professional development of women. While there are indicatives of strengthening of agribusiness in the municipality, there is a lack of public effective actions for the incentive and promotion of agro-ecology and for overcoming gender inequalities that still persist in the countryside of Papanduva.

Keywords: Agroecology. Gender. Female Farmers

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Feira da agricultura familiar de Papanduva 50.
- Figura 2 - Encontro de sementes crioulas em Papanduva.....51.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número total de estabelecimentos agropecuários por área dos estabelecimentos no município de Papanduva.....33.

Tabela 2- Produção vegetal 2012-13 em Papanduva- INFOAGRO.....34.

Tabela 3 - Produção vegetal 2018-19 em Papanduva- INFOAGRO....34.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER - Assistência Técnica de Extensão Rural.
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura.
EJA - Educação de Jovens e Adultos.
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
FDR - Fundo de Desenvolvimento Rural.
FECAM - Federação Catarinense de Municípios.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IDMS- Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INFOAGRO - Sistema Integrado de Informações Agropecuárias.
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas.
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores.
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PPT - Preparação Para o Trabalho.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
UPF - Unidade Produtiva Familiar.
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 A TRANSFORMAÇÃO DO MEIO RURAL ATRAVÉS DO PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	21
1.1 QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA.	21
1.1.1 A luta das mulheres rurais.	24
1.2 AGROECOLOGIA E O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO CAMPO.	25
2 LOCAL DE ESTUDO - MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. 29	29
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. 29	29
2.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO.....	30
2.3 CONFIGURAÇÕES DAS PROPRIEDADES RURAIS, PRODUÇÃO AGRÍCOLA E MULHERES DO CAMPO.....	32
3 MULHERES NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE PAPANDUVA.....	37
3.1 TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.	38
3.2 A AUTONOMIA DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA.	42
3.3 O PAPEL DA ATER NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.	45
3.4 FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.	47
3.5 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DO CAMPO. 52	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57

INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho se dá na perspectiva da agricultura familiar e agroecológica, na construção da identidade sociocultural e de gênero e a educação do campo.

A definição da temática foi sendo construída ao longo da formação como educadora na Licenciatura em Educação do Campo. Neste sentido, vale lembrar que o curso foi criado na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) pela resolução 006/CEG/2009, de 1º de abril de 2009.

Segundo o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Licenciatura em Educação do Campo (2009), o curso tem como objetivo: “a formação de educadores e educadoras para atuação na educação básica, especificamente para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio em escolas do campo. Busca a formação de profissionais aptos a fazer a gestão de processos educativos e a desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos críticos, autônomos e criativos, capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade, vinculadas à qualidade social do desenvolvimento de áreas rurais. Ressalta-se à formação para a problematização e intervenção no campo, com base nos princípios e técnicas agroecológicas, visando à sustentabilidade. O curso, com duração de quatro anos, está organizado em três eixos integradores. Apesar das disciplinas afetas a cada eixo estarem distribuídas ao longo de todo processo formativo, há uma concentração em cada ano da formação. Neste sentido, no primeiro ano a ênfase é no eixo ecossistema, onde o/a educando/a volta seu olhar para compreender seu município/localidade. O segundo eixo, Fundamentos da Ciência, desenvolvido ao longo do segundo e terceiro ano, foca na escola e na sala de aula. Finalmente, o eixo agroecologia, retoma o olhar para o município e localidade”.

No curso da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, adota-se a pedagogia da alternância como estratégia formativa. Esta estratégia pedagógica surgiu na França e visava, dentre outras, possibilitar a permanência de jovens agricultores na escola. Azevedo (2005) destaca:

O ensino na forma de alternância foi utilizado, pela primeira vez, na instituição escolar denominada “Casa Família”; situada numa localidade rural do interior da França, criada em

1937 pelo Padre Granerau, com a finalidade de proporcionar continuidade de estudos a um grupo de jovens, filhos de agricultores, sem que estes se ausentassem do convívio familiar e deixassem de participar dos afazeres de seus pais na tarefa de cultivar a terra. (AZEVEDO 2005 p.1-10).

A pedagogia da alternância na Licenciatura em Educação do Campo da UFSC é organizada em TU (tempos universidade) e TC (tempos comunidades) a qual permite uma aproximação mais reflexiva com a realidade. Nesse sentido, no primeiro ano do curso um diagnóstico sobre o município de cada educando/a foi elaborado. A cada período foram escolhidos temas, a partir do que era trabalhado nos tempos universidade, para investigação no local. Trata-se, desta forma, de uma oportunidade para o/a educando/a perceber sua realidade e refletir sobre ela a partir de conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e situá-los na plenitude de sua vivência.

Assim, ao longo da formação e encontro das diferentes disciplinas da licenciatura em educação do campo e nas pesquisas realizadas nos TC, compreende-se a importância da agricultura familiar, do ponto de vista da produção e garantia da soberania alimentar da população brasileira, da geração de trabalho e renda para diversas pessoas e, sobretudo, das vantagens deste “modo de produzir e viver” em relação àquele que é pautado na grande propriedade rural e na monocultura.

Na Licenciatura em Educação do Campo há diferentes disciplinas que abordaram as problemáticas das desigualdades de gênero, sobretudo no meio rural. O curso de Licenciatura em Educação do campo nos traz outras perspectivas de olhar o Campo, no sentido não somente da produção, mas além, nas questões sociais, culturais entre outras. Uma delas é a perspectiva em que o curso trabalha, ou seja, a agroecológica que leva os/as educandos/as a refletirem sobre os modos de produção impostos pelo modelo capitalista e alternativas de resistência ao mesmo. A agroecologia pode ser considerada uma agricultura ecológica empírica e, ao mesmo tempo, uma ciência em construção.

É nesse contexto de reflexões e descobertas que surgiu a seguinte questão que orientou a elaboração deste TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) seja ela:

- De que forma a agroecologia auxilia na transformação da vida das mulheres do campo?

A partir desta interrogação é que estabeleci meu objetivo com este estudo, qual seja: refletir sobre a participação das mulheres na

produção agroecológica em Papanduva, buscando identificar conexões existentes entre agroecologia, empoderamento e autonomia das mulheres no campo e educação.

Para o desenvolvimento do estudo, a metodologia proposta é uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso. Segundo Minayo (2002), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Para se identificar o universo a ser estudado, ou seja, propriedades agroecológicas, recorreu-se ao cadastro de produtos orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Foram identificadas como produtores/as orgânicos/as do município de Papanduva dois registros pertencentes a duas propriedades do município. Ressalta-se ainda que a informação foi averiguada junto ao Escritório Municipal da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), que confirmou a informação.

Quanto à coleta de dados, se optou pela elaboração/aplicação de um roteiro de entrevistas que segue como apêndice deste trabalho (Anexo 1), com perguntas já estabelecidas e estruturadas para futura comparação de resultados.

Os autores Lodi, 1974 apud Lakatos, 1996 apud Boni; Quaresma (2005) apresentam a seguinte definição para entrevistas estruturadas:

As entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferença nas perguntas. (pg.73)

Este TCC é formado por três partes, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata das questões que envolvem as mulheres rurais como sujeitas da transformação na perspectiva agroecológica e da Educação do Campo. No segundo capítulo é apresentado o lócus de estudo, no caso o município de Papanduva, onde são explanados dados sobre a população, cultura, economia, e também dados que nos fornecem reflexões sobre as questões de gênero, agroecologia e educação. O capítulo três traz os

resultados e discussões das entrevistas, análises de dados e reflexões conforme as autoras citadas neste trabalho.

1 A TRANSFORMAÇÃO DO MEIO RURAL ATRAVÉS DO PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Este capítulo apresentará, mesmo que de forma breve, uma síntese sobre as principais questões de gênero no meio rural, o protagonismo das mulheres na agroecologia, além da transformação do meio rural através das mulheres, agroecologia e a Educação do Campo. Neles serão abordadas as questões das lutas das mulheres pelos direitos, a luta pela questão da invisibilidade do seu trabalho, e as conquistas logradas com o passar do tempo.

1.1 QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA.

O presente item busca explicar as concepções de gênero, feminismo e a invisibilidade do trabalho das mulheres do campo, demonstrando a historicidade das lutas empreendidas pelas mulheres para o reconhecimento do trabalho das mulheres.

Segundo as autoras Cabral; Díaz, (1998), o conceito de gênero é utilizado para observar e analisar as relações entre os sexos, cujos papéis socialmente construídos fazem parte das relações de poder e das relações hierárquicas entre o masculino e o feminino.

Carloto (2001) sugere que a categoria gênero: “[...] foi desenvolvida, sobretudo por teóricas do feminismo contemporâneo, com vistas a compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais” (pg. 201).

Conforme Garcia (2018), o termo feminismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, para descrever o movimento das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres. Nesse sentido, a autora destaca que o feminismo busca a igualdade entre todos os seres humanos, de modo que não haja diferenças entre os sexos, sejam elas de poder ou qualquer outra forma.

A importância desta perspectiva recai, conforme bem destacou Scott (1995), no fato do gênero ser entendido como uma percepção da sociedade das diferenças entre os sexos e não como algo determinado pela natureza. Significa dizer que, sendo construção social, tais

desigualdades entre homens e mulheres podem - e devem! - Ser desconstruídas.

Geralmente as desigualdades sociais são mais evidentes e produzem mais danos em locais mais fragilizados. Neste sentido HEREDIA e CINTRÃO(2006) destacam que as questões de gênero atravessam todas as esferas da sociedade, sejam elas produtivas e reprodutivas, econômicas, sociais, culturais e políticas. Tais desigualdades se apresentam na cidade, mas são agravadas no campo e nas regiões mais pobres do país.

Algumas autoras tais como Siliprandi (2015) e Paulilo (2016) trazem as questões de gênero das mulheres do meio rural. Destacam a divisão sexual do trabalho, a falta de uma renda financeira, a maior jornada de trabalho, em relação a dos homens ou até mesmo em comparação a mulheres do meio urbano, dificuldades de acesso a terra e a outras políticas públicas, dentre outras.

Conforme Silva; Arantes; Ferreira (2012) apud Schmitz; Santos (2013), as desigualdades entre homens e mulheres, são mantidas pelo princípio da separação entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher, sendo que o trabalho de mulher está associado à reprodução, o cuidado com as crianças e a manutenção e cuidado com as outras pessoas. Relações como destacam Hirata e Kergoat (2007) apud Schmitz; Santos (2013) em que o trabalho das mulheres apresenta uma conotação natural, maternal e que não recebe o mesmo destaque hierárquico e de remuneração que os homens. Desta forma, o trabalho do homem tem maior visibilidade e valorização social e econômica.

Esta situação de invisibilidade e que enseja luta é destacada pelas autoras Brumer e Paulilo (2004),

[...] as agricultoras, ao mesmo tempo em que têm grande participação na produção agrícola, principalmente na de alimentos, tem em seu trabalho pouca visibilidade nas estatísticas oficiais e elas formam um dos grupos mais esquecidos pelas políticas públicas. (p.171).

De Heredia; Cintrão (2012) apud Siliprandi (2015), também trazem a questão da “invisibilidade”, ou seja, o não reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura que se reflete na exclusão dos programas de políticas públicas de acesso a terra, crédito, formação entre outras.

Conforme Deere (2004) durante a metade da década de 80, nos sindicatos filiados à CONTAG, somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família. As mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, com seu trabalho sendo ‘invisível’. No estado nordestino da Paraíba também segundo Deere (2004), líderes sindicais argumentaram que as mulheres não eram trabalhadoras rurais, uma vez que elas eram dependentes de seus maridos.

Woortmann (1997) apud Melo (2002, pg. 04) sobre a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar destacam que, “[...] a ideologia da agricultura familiar entende o pai de família como aquele que reúne todas as condições para participar de todo o processo de trabalho”.

Ainda conforme Melo (2002) na ausência do pai, o filho ou outro membro da família, maior de idade e do sexo masculino, estará habilitado a assumir o seu lugar.

Pacheco (1997) apud Siliprandi (2015) destacam que a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura está vinculado às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e a da unidade produtiva socialmente é atribuída ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar – preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras atividades (incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, ainda assim com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.).

Nesse sentido as questões de gênero e a luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres rurais vêm tomando forma através do tempo, desde seu início coletivo na década de 80, as mulheres buscam por equidade de direitos, trabalho, reconhecimento dentre outros. Assim fica evidente que, qualquer reivindicação por igualdade ao sexo oposto seja no sentido de renda, ou qualquer outro exemplo, exigirá luta.

Aguiar (2016) traz a organização das mulheres no Brasil destacando que a mobilização ganhou força no final da década de 1980, com a segunda onda do feminismo que surgiu nos EUA e Europa, tendo os ideais feministas segundo Cappellin (1990).

Conforme VIII Simpósio de Iniciação Científica, Didática e de Ações Sociais da FEI (2018) podemos entender os ideais da segunda onda do feminismo da seguinte forma:

[...] a segunda onda feminista foi dividida em duas fases, a primeira estaria vinculada ao pensamento [...] “igualitarista”; já a segunda fase estaria marcada pela ideologia “diferencialista”[...] A principal diferença entre a primeira e a segunda fase está na reivindicação: enquanto as igualitaristas reivindicavam que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública, as “diferencialistas” preconizavam a “feminização do mundo” e defendiam que as mulheres “deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens” (pg. 2).

Diante do exposto, destaca-se a invisibilidade do trabalho das mulheres e as lutas travadas para seu reconhecimento, importante salientar o encontro das mulheres com o feminismo nessa luta, na desconstrução das desigualdades de gênero, pois sendo construção social as desigualdades entre homens e mulheres devem ser desconstruídas.

1.1.1 A luta das mulheres rurais.

Este item busca evidenciar a questão das lutas das mulheres do campo na conquista por direitos, dentre eles a seguridade social, representatividade feminina, e o reconhecimento de sua profissão como agricultora.

Conforme Aguiar (2016), a ampliação dos direitos à seguridade social na garantia da aposentadoria representou uma conquista importante, caracterizando-se também como medida de distribuição de renda para as agricultoras rurais. Até então, quantas Marias não tinham o direito de se aposentar, pois eram consideradas “do Lar”, e apenas “ajudavam” seus maridos nas lavouras, e demais trabalhos do campo. Esses direitos foram conquistados na participação ativa delas na construção da Constituição de 1988.

Conforme Tamanini e Boschilia (2017) embora sem visibilidade como sujeito político autônomo, muitas mulheres do campo participavam dos movimentos sociais, dos sindicatos e das pastorais sociais. Suas primeiras lutas organizadas, nos anos de 1980, foram pela participação política e sindical, pelo reconhecimento de sua profissão (agricultora), e por direitos decorrentes desse reconhecimento. Como

não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais, elas ficavam excluídas dos benefícios sociais.

Autores como Alvarez (1990); Stephen (1997); Schwendler (2013) apud Tamanini; Boschilia (2017, pg. 145) destacam que: “a organização das mulheres camponesas na América Latina e, particularmente no Brasil, tem suas raízes na luta de classes, na organização do movimento feminista e de mulheres e na luta pela democratização política”.

Tamanini e Boschilia (2017) dialogam que a organização das mulheres camponesas está conectada com as transformações da agricultura, que trouxe significativos impactos para o campesinato e, em específico para as mulheres, que viram sua tradicional forma de participação na agricultura que era a camponesa de subsistência, ser substituída pelo uso intensivo de agroquímicos e pela mecanização da agricultura. As autoras destacam: “[...] integram o movimento de resistência ao modelo de desenvolvimento adotado no campo, por meio dos movimentos sociais de luta pela terra, da Comissão Pastoral da Terra, das Comunidades Eclesiais de Base e do novo sindicalismo rural”. (TAMANINI e BOSCHILIA, 2017, pg. 145).

Desta forma, quando voltamos nosso olhar para a linha do tempo, percebemos que a maioria dos direitos das mulheres foram conquistados recentemente. Então a reflexão do quanto é importante o feminismo na coletividade da luta por direitos, reconhecimento e desconstrução das desigualdades de gênero.

1.2 AGROECOLOGIA E O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO CAMPO.

Esse item busca apresentar a resistência protagonizada pelas mulheres através da agroecologia ao atual modelo de agricultura convencional, e o acesso a alimentos livres de insumos químicos e agrotóxicos, através de uma agricultura mais sustentável. Também a distribuição mais igualitária da renda através da agricultura familiar de cunho agroecológico.

Autoras, dentre as quais Siliprandi (2015) e Paulilo (2016), ao mesmo tempo em que denunciam as desigualdades de gênero no meio rural, reconhecem que é na produção agroecológica que mais se avançou para o reconhecimento do protagonismo das mulheres.

Nesse sentido, as mulheres presentes no III ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), o qual elegeram o bordão: “sem feminismo não há agroecologia” vem dialogando com essa questão e tomando a

agroecologia como uma maneira de transformação da sociedade e superação das desigualdades de gênero. Luiza e Telles (2017) ilustram esta perspectiva:

Para muitas de nós a Agroecologia tem sido um caminho coletivo de construção de uma filosofia de vida que, a partir de uma forma de pensar e fazer a agricultura propõe relações justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e dessas com o ambiente, orientando assim visões de mundo, ações cotidianas, atuações políticas e práticas produtivas, de consumo e da construção de novas relações sociais. (LUIZA e TELLES, 2017¹).

Segundo a autora Siliprandi (2015), no Brasil o termo agroecologia começou a ser conhecido no final da década de 1980, a partir da publicação do livro de Miguel Altieri, *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. O termo passou a ter a conotação de um conjunto de conhecimentos capazes de dar suporte científico aos processos de transição para estilos de agricultura sustentáveis.

Nesse contexto, a busca por agriculturas alternativas ao modelo convencional, passou a mobilizar as pessoas no sentido da redução do uso de agrotóxicos e de insumos externos à propriedade, dando destaque a outras formas de manejo que estejam de acordo com o meio ambiente e qualidade de vida na produção de alimentos limpos livre de insumos químicos e agrotóxicos (SILIPRANDI, 2015).

Chayanov (1974) apud Siliprandi (2015) reflete sobre as peculiaridades da economia camponesa. Neste sentido, afirmam que as mesmas:

[...] baseiam-se na visão do equilíbrio ótimo entre consumo e força de trabalho, como constitutiva da estratégia de bem-estar da família, com uma racionalidade específica de gestão dos recursos. No entanto, uma análise baseada na perspectiva feminista mostra que quem controla os bens e recursos é que determina se o produto do trabalho beneficiará a todos que contribuíram. Em geral, a distribuição é mais igualitária nos sistemas

¹ SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA, por Sarah Luiza e Liliam Telles, disponível em <https://marchamulheres.wordpress.com/2017/11/12/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>

agrícolas nos quais a mulher participa do trabalho no campo, das decisões e da forma de dispor do produto (SILIPRANDI, 2015: 22).

Segundo Siliprandi (2015), sobre a distribuição de renda, há hegemonia e administração do lucro da agricultura convencional pelo homem, onde o sistema produtivo é baseado no maquinário agrícola pesado e insumos químicos, agrotóxicos entre outros. Nesse modelo de produção necessita-se um pacote para a produção da safra, sendo a maior parte da gestão dos processos feita pelo “chefe de família”, que é quem toma as decisões do que será produzido, assim como a administração do dinheiro. A mulher e os/as filhas entram nesse modelo como “ajuda”.

Siliprandi (2015) destaca que no modelo de produção da agricultura familiar e, sobretudo aqueles agroecológicos, do ponto de vista da mulher e filhos (as), a distribuição de renda é mais igualitária, sempre pensando no bem das pessoas e do contexto local.

Paulilo (2016) nesse contexto destaca a importância das mulheres na produção agroecológica. Segundo a autora:

[...] por serem as mulheres que, tradicionalmente, cuidam da saúde da família, elas têm uma grande preocupação com a qualidade da alimentação e o uso de agrotóxicos. Não é por acaso que, no Brasil, um dos movimentos sociais rurais que carrega com mais força a bandeira da produção de alimentos saudáveis seja o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC (PAULILO, 2016: 349).

Dessa forma as mulheres do campo vêm ganhando espaço através da agroecologia e do protagonismo na produção de alimentos limpos, ou seja, livre de agrotóxicos ou insumos químico. Priorizam a segurança alimentar de suas famílias e dos consumidores, ao mesmo tempo que pensam na saúde e na sustentabilidade do meio ambiente.

2 LOCAL DE ESTUDO - MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

Este capítulo traz uma breve caracterização sobre o município de Papanduva nos temas considerados de relevância para o estudo empreendido. Nesse sentido, buscou-se compreender os aspectos históricos do município, a configuração do espaço rural, principais atividades desenvolvidas e papel das mulheres.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

Papanduva é um município brasileiro situado no Planalto Norte do Estado de Santa Catarina. Limita-se com os municípios de Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Rio do Campo, Santa Terezinha e Três Barras. Localiza-se a uma altitude de 788 metros. Sua população, segundo censo demográfico de 2010 era de 17.928 habitantes, sendo que 9.184 pessoas foram consideradas residentes na área urbana (51,23%) e 8.744 pessoas na área rural (48,77%). Possui uma área de 777,31 km², sendo que sua densidade demográfica em 2010 era de 23,97 hab/km² (IBGE, 2017).

Abramovay (2001) alertava que no Brasil as áreas rurais recebiam uma definição de caráter residual e administrativo, ou seja, era considerado rural tudo aquilo que fugia do perímetro urbano de um município, seguindo definição das prefeituras. Segundo o autor: “[...] um mínimo de adensamento e de oferta de serviços é suficiente para que uma certa localidade seja classificada como “urbana” e para que o desenvolvimento rural seja assimilado, automaticamente, a “urbanização do campo” (ABRAMOVAY, 2001, pg. 3).

Podemos concluir ser este o caso de Papanduva, ou seja, há uma definição arbitrária sobre a urbanização do município. Se considerarmos os critérios propostos por Veiga (2002), os quais combinam população, densidade demográfica e localização dos municípios. Segundo o autor, seriam considerados municípios:

- a) Tipicamente urbano: àqueles com mais de 100 mil habitantes ou localizado aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas;
- b) Essencialmente rural: àqueles com menos de 50 mil habitantes e densidade demográfica menor que 80 hab./km².
- c) Ambivalente: 50 e 100 mil habitantes ou menos de 50 mil habitantes e densidade demográfica > 80 hab./km².

Neste contexto, consideramos equivocada a classificação feita pelo IBGE, onde aponta que 51,23% da população moram no perímetro urbano. Em nosso entendimento, seguindo aquilo proposto por Veiga (2002), todo o município de Papanduva, assim como sua população, é rural.

Levando-se em consideração que estatísticas orientam políticas públicas, essa discussão do rural e urbano preocupa ainda mais, sendo o caso da educação, por exemplo. Conforme mencionado anteriormente nesse texto, os sujeitos do campo reivindicam uma educação do/no campo, rejeitando propostas que se pautam pela perspectiva urbana.

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, variando de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano). No caso de Papanduva, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o IDHM era 0,704 em 2010. Isso situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,836, seguida de Renda, com índice de 0,691, e de Educação, com índice de 0,603. Papanduva ocupava, em 2013, a 1776ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Outro indicador bastante utilizado para monitorar o nível de desenvolvimento dos municípios em Santa Catarina e que podemos considerar complementar ao IDHM, é aquele proposto pela FECAM (Federação Catarinense de Municípios). O Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios – (IDMS) para Papanduva é de 0,543, sendo considerado Médio Baixo. (FECAM, 2019). No relatório apresentado pela FECAM (Federação Catarinense de Municípios), Papanduva recebeu, conforme grandes setores, as seguintes avaliações: Econômico: 0,446; Ambiental: 0,442; Político Institucional: 0,583; Sociocultural: 0,710. Estes quatro índices configuram a nota final para o município. Pode-se observar, neste sentido, que o único setor em que o município se sobressai é o sociocultural, no qual se encontram os seguintes constituintes: educação, saúde, cultura e habitação.

Tendo em conta os aspectos apresentados até aqui, podemos considerar Papanduva como um município rural e com nível médio de desenvolvimento, destacando-se como ponto forte a longevidade e fragilidade a questão ambiental.

2.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO.

O presente item busca retratar a história do município de Papanduva, mesclando informações obtidas em pesquisas de campo outrora realizadas no município a fim de resgatar memórias e inter-relacionar com os aspectos da formação do povo papanduvense.

Segundo Papanduva (2006) apud KRAMBECK (2007) traz um pouco sobre a origem do município de Papanduva e seus aspectos históricos.

[...] em meados do século XVIII, passavam por estas terras, pela então conhecida “Estrada da Mata” ou “Estrada das Tropas”, hoje BR 116, os tropeiros vindos do Rio Grande do Sul. Esses tropeiros conduziam suas tropas de muares com destino ao Estado de São Paulo para suprir o mercado de charque, couro e sal. Ao longo da via que cortava o sertão, foram se instalando pousos a cada três léguas, distância percorrida pelos tropeiros a cada dia. (pg. 63).

A origem do nome do município, segundo Papanduva (2006) apud KRAMBECK (2007) é derivado do capim papuã assim chamado por índios Xoklens da região.

Papanduva (2006) apud KRAMBECK (2007) destaca que o maior contingente de imigrantes ocorreu no final do século XIX, quando Papanduva se tornou um povoado, destas imigrações ressalta-se as diferentes etnias entre alemães e poloneses os primeiros a se instalarem, depois os ucranianos e por fim os italianos. Nesse contexto de diversificação de culturas, foram adquirindo terras para a agricultura e subsistência das famílias. O município também fez parte da Guerra do Contestado que ocorreu entre 1912-1916 na região.

Sobre a demarcação política do município, Papanduva (2006) apud KRAMBECK (2007) destacam que Papanduva foi desmembrada do município de Canoinhas ao qual até então pertencia, em 11 de abril de 1954.

Conforme trecho extraído das pesquisas de campo em 2016², todas essas etnias oriundas da Europa se miscigenaram com os povos indígenas que aqui habitavam denominando também como “bugres” pelas pessoas que foram entrevistadas originando o típico caboclo. Esse

²Extraído do diagnóstico do município de Papanduva, realizado durante o ano de 2016 por licenciandos/as da Educação do Campo - UFSC, nas disciplinas de Vivência Compartilhada e Estudos Orientados.

choque cultural denominado por muitos, tornou o que o município é hoje, a língua cabocla ainda é a que predomina, e a agricultura familiar se espelha muito na incorporação desses costumes.

2.3 CONFIGURAÇÕES DAS PROPRIEDADES RURAIS, PRODUÇÃO AGRÍCOLA E MULHERES DO CAMPO.

Conforme (BRASIL, 2012) apud Landau et al. (2012 pg. 07), o Módulo Fiscal (MF) é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais poderem ser consideradas economicamente viáveis. Foi instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. O tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, conforme o município.

Ainda conforme Brasil (1993, 2012) apud Landau et al. (2012, pg. 08), o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária dos imóveis rurais do município quanto ao seu tamanho, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 8.629/93. Para tanto, as propriedades rurais podem ser classificadas em:

- minifúndios: com tamanho de até um módulo fiscal;
- pequenas propriedades: com área entre um e quatro módulos fiscais;
- médias propriedades: com dimensão superior a quatro até 15 módulos fiscais;
- grandes propriedades: com área maior do que 15 módulos fiscais.

Segundo Landau et al. (2012, pg. 179) e INCRA (2013), o módulo fiscal adotado no município de Papanduva compreende 16 hectares.

Cabe destacar ainda definição de propriedade familiar, segundo o Estatuto da Terra (1964) em seu inciso II, do art 4º (Lei 4504/64):

[...] define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros.

Por outro lado, a Lei da Agricultura Familiar (11.326/06) Brasil (2018), considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural

aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- Não deter, área maior do que 4 módulos fiscais;
- Utilize mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento;
- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- Dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família.

Ou seja, enquanto o conceito estabelecido pelo Estatuto da Terra está centrado sobre a área de terra necessária para uma família de agricultores conseguirem trabalhar e viver (geralmente leva-se em conta 4 pessoas), a Lei 11.326/06 expande incluindo aspectos como trabalho predominante da família, renda e gestão.

Nesse sentido, podemos relacionar os dados da tabela 1 para o município de Papanduva.

Tabela 1- Número total de estabelecimentos agropecuários por área dos estabelecimentos no município de Papanduva.

Total	1189
Mais de 0 a menos de 0,1 há	-
De 0,1 a menos de 0,2 há	1
De 0,2 a menos de 0,5 há	1
De 0,5 a menos de 1 há	2
De 1 a menos de 2 há	23
De 2 a menos de 3 há	48
De 3 a menos de 4 há	54
De 4 a menos de 5 há	85
De 5 a menos de 10 há	215
De 10 a menos de 20 há	292
De 20 a menos de 50 há	301
De 50 a menos de 100 há	77
De 100 a menos de 200 há	42
De 200 a menos de 500 há	29
De 500 a menos de 1000 há	9
De 1000 a menos de 2500 há	6
De 2500 a menos de 10000 há	-
De 10000 ha e mais	-
Produtor sem área	4

Fonte: IBGE (2017)

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 apresentados na Tabela 1 indicam haver 1.189 estabelecimentos agropecuários em Papanduva, os quais ocupam um total de 49.121 hectares. Do total de estabelecimentos, 979 foram classificados como familiares (82,34%), ocupando 16.246 hectares (33,07%), enquanto 210 foram enquadrados como não familiar (17,66%), ocupando 32.874 hectares (66,93%).

Ou seja, os dados demonstram claramente a concentração fundiária e injustiça presente no campo em Papanduva, onde um contingente enorme de Unidades Produtivas Familiares (UPF) ocupam um pequeno percentual da área produtiva.

Segundo dados do Sebrae (2010), a agropecuária é o segundo setor produtivo mais importante do município, após o setor de serviços. Os dados apresentados na tabela 3, indicam que a Soja é a principal cultura produzida, seguida pelo milho.

Dados comparativos das safras de 2012/13 com dados referentes a safra 2018/19, conforme Tabelas 2 e 3, demonstram a evolução da cultura da soja no município.

Tabela 2: Produção vegetal 2012-13 em Papanduva- INFOAGRO

UGT/Município/Cultura	Área Atual Plantada (ha)	Quantidade Atual Produzida (t)	Rendimento Médio Atual (kg/ha)
UTG 4 – Planalto Norte Catarinense	22.730	104.586	4.601,23
Papanduva	22.730	104.586	4.601,23
Batata	70	2.240	32.000,00
Cebola	40	1.400	35.000,00
Cevada	220	506	2.300,00
Feijão 1ª Safra	700	1.260	1.800,00
Feijão 2ª Safra	400	720	1.800,00
Fumo	2.800	6.720	2.400,00
Milho Grão 1ª Safra	5.000	46.500	9.300,00
Soja	12.000	41.760	3.480,00
Trigo	1.500	3.480	2.320,00
Total	22.730	104.586	4.601,23

Fonte: INFOAGRO (2018)

Tabela 3: Produção vegetal 2018-19 em Papanduva- INFOAGRO.

UGT/Município/Cultura	Área Atual Plantada (ha)	Quantidade Atual Produzida (t)	Rendimento Médio Atual (kg/ha)
UTG 4 – Planalto Norte Catarinense	24.715	113.967,40	4.611,63
Papanduva	24.715	113.967,40	4611,63
Tomate	35	2.450	70.000,00
Cebola	60	2.280	38.000,00
Batata	120	5.400	45.000,00
Milho Silagem	400	14.400	36.000,00

Feijão 1ª Safra	600	1.032	1.720,00
Feijão 2ª Safra	600	614	1.024,00
Trigo	1.300	3.900	3.000,00
Milho Grão 1ª Safra	2.800	24.920	8.900,00
Fumo	3.800	7.980	2.100,00
Soja	15.000	51.000	3.400,00
Total	24.715	113.976,40	4.611,63

Fonte: INFOAGRO (2018)

Pode-se constatar que o cultivo da monocultura da soja aumentou em torno de 3.000 ha (hectares), quando comparamos as safras de 2012/13 e 2018/19. É possível observar também que alguns produtos da agricultura familiar diminuíram e até sumiram nesse intervalo de tempo. Estes dados, analisados em conjunto com aqueles referentes aos estabelecimentos agropecuários dos dois últimos censos (2006 e 2017), indicam uma diminuição dos estabelecimentos de agricultura familiar, sugerindo que o agronegócio está se fortalecendo em detrimento das pequenas propriedades.

SILIPRANDI (2015) alerta para os prejuízos da imposição do agronegócio sobre a agricultura familiar destacando, principalmente, os impactos para as agricultoras e, desta forma, toda a sociedade.

Enfatizando a dimensão deste impacto, a autora destaca que o trabalho das mulheres é baseado na estabilidade e na sustentabilidade, na diversidade, na descentralização, no trato de plantas que não tem retorno comercial imediato, buscando o sustento de todos (a alimentação, em particular) sem que haja necessidade de excedentes. Quando o agronegócio prevalece, vence o modelo de privatização de lucros e da exploração ambiental, baseado na monocultura (SILIPRANDI, 2005).

A autora considera que:

A monocultura passou a ser vista como o símbolo dessas mudanças, porque valorizava a produção em série e o abuso sobre os recursos naturais (realizado por razões não justificáveis do ponto de vista cósmico), provocando, pela dominação do meio natural, a destruição da diversidade e do equilíbrio. Essas ações, embora realizadas em nome da ciência e da tecnologia, estariam, na verdade, a serviço do lucro, da acumulação de capital. (SILIPRANDI, pg. 71, 2015).

Conforme destaca SILIPRANDI (2015), o modelo do agronegócio tem todo seu direcionamento focado do lucro, sem pensar no meio ambiente e nas pessoas, já a agroecologia, em contrapartida,

cujo papel das mulheres é central, coloca em primeiro plano a sustentabilidade ambiental e social.

No que concerne o município de Papanduva, os dados do Censo Agropecuário dão pistas sobre as questões de gênero no meio rural. Podemos observar, neste sentido, a diferença de representação de homens e mulheres na direção dos estabelecimentos agropecuários. Segundo dados de 2006, 93,93% dos respondentes declararam que os estabelecimentos agropecuários eram dirigidos por homens (IBGE, 2006).

O Censo agropecuário de 2017 traz importante mudança no que diz respeito à análise da direção dos estabelecimentos agropecuários, ao incluir a possibilidade de codireção, ou seja, dos respondentes declararem que a direção era realizada pelos homens e mulheres (opção inexistente no censo anterior). Para Papanduva, de um total de 1.189 estabelecimentos, 667 declararam que acontece a codireção, ou seja, 55,72% do total. Na parcela classificada como familiar este percentual foi muito mais representativo, ou seja, de 604 unidades, ou seja, 90,55% do total de familiares acontece a codireção.

Podemos nos perguntar se houve realmente uma mudança na última década, saindo de uma situação desigual onde prevalecia a figura masculina da direção das propriedades rurais para uma situação mais igualitária onde homens e mulheres participam da direção? Infelizmente, como a metodologia mudou, não há como comparar os dados e a situação demanda investigação mais aprofundada. Pode representar um avanço, mas, por outro lado, pode induzir a análises errôneas de superação de desigualdades no campo.

Em relação ao desenvolvimento da agricultura orgânica no município, o censo agropecuário de 2017 reporta 10 estabelecimentos, sendo 9 classificados como familiares. Cabe destacar, que no caso do censo, basta o respondente dizer que é produtor orgânico que passa a ser computado desta forma (IBGE, 2017).

Os dados do cadastro geral do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) (2016), por outro, indicam a existência de duas propriedades com agricultura orgânica no município. A informação é a mesma dada pelo escritório local da EPAGRI, em relação às certificadas. A EPAGRI, por outro lado, indica a existência de outras propriedades que estão trabalhando na mesma perspectiva, mais ainda não são certificadas. O cadastro do MAPA(2016) está em nome das mulheres, sendo elas, então, foco do estudo apresentado no próximo capítulo.

3 MULHERES NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE PAPANDUVA

O presente capítulo apresenta os resultados e discussões a partir das entrevistas realizadas. Foram entrevistadas as duas produtoras certificadas como orgânicas no município de Papanduva e também foram feitas entrevistas com representantes de órgãos públicos relacionados a temática, ou seja, a secretaria da educação e a Epagri. As entrevistas foram feitas conforme metodologia exposta na introdução, pesquisas qualitativas com entrevistas estruturadas.

Buscou-se em todas as entrevistas, evidenciar relações entre agroecologia, gênero e Educação do Campo, assim coletando dados e refletindo sobre o atual cenário do município de Papanduva, no sentido de como nos encontramos atualmente e como podemos melhorar. Para a publicação dos resultados desta pesquisa os/as participantes fazem uso de nomes fictícios.

A primeira propriedade entrevistada foi a de Ana, A UPF (Unidade de Produção Familiar) pesquisada pertence ao marido de Ana e a propriedade foi adquirida/herdada há mais de vinte anos quando o casal veio morar no local, sendo que há três anos, quando a sogra de Ana falece, ocorre a partilha e escolha do terreno a cada um dos herdeiros, então o casal opta pela área produtiva que fica mais retirada da rua, já com a intenção de agricultura orgânica. São cinco hectares de produção orgânica certificados, e mais um lote de aproximadamente 140 m² onde fica a residência. Na propriedade moram cinco pessoas, o casal e mais três filhos homens, a esposa 48 anos, o marido 47, o filho mais velho 27, o filho do meio 22 e o filho caçula 19 anos.

A segunda propriedade entrevistada pertence às proprietárias Maria como primeira titular e Cecília como segunda titular. A propriedade foi adquirida por herança do avô de Cecília, sendo a área de 4,8 hectares, dos quais somente 0,55 hectares são certificados como orgânicos que fica no entorno da casa, o restante é alugado para outros/as agricultores produzirem. A UPF é composta de três integrantes, Cecília, seu marido que também já é aposentado e sua filha Maria que mora com o marido no perímetro urbano do município, porém vem trabalhar todos os dias na propriedade. A intenção de Maria e seu esposo é terminarem a casa que já está em construção próximo a UPF, e reunir a família para trabalharem todos/as juntos/as.

3.1 TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

Neste item, busquei compreender o processo de transição da agricultura convencional para a agroecológica nas propriedades rurais foco da pesquisa. Nesse sentido, as entrevistas indagam sobre o processo percorrido, motivações para mudança, apoios recebidos, dificuldades enfrentadas neste período, benefícios logrados, dentre outras questões afetas ao movimento de modificação da base produtiva.

Cabe destacar que consideramos, a partir daquilo definido por Siliprandi (2015), a transição agroecológica como:

Um processo gradual de redesenho dos agroecossistemas, modificando-se o planejamento estratégico da propriedade, o escopo da produção (a forma de integração com os mercados, por exemplo); e utilizando-se práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, como, por exemplo, a redução do uso de insumos externos à propriedade (pg. 136).

A transição agroecológica em Papanduva inicia através de uma agricultora, Ana. Ela conta que seu filho mais velho cursava agronomia e comentou, vendo seu interesse sobre o tema da produção orgânica, sobre um professor da faculdade que fala bastante nessa perspectiva produtiva. Ana procurou o professor e eles começam a dialogar sobre o tema. Nesse momento, Ana é convidada para uma reunião em Canoinhas que muito a estimulou. A partir dessa reunião Ana saiu entusiasmada para formar um grupo de produtores/as orgânicos no município de Papanduva. Uma amiga de outro município que havia participado de um curso regional de ATER para mulheres (Assistência Técnica de Extensão Rural) sobre agroecologia, a estimulou a procurar o sindicato rural para encontrar as participantes de Papanduva que estavam no curso. Ana conseguiu o contato de Cecília e elas marcaram uma reunião no salão da igreja da comunidade para conversarem mais sobre o assunto e reunir mais integrantes com os mesmos ideais para trocarem informações e ver a possibilidade da formação de um grupo de agricultores/as orgânicos no município.

As duas propriedades entrevistadas iniciaram a jornada para a agricultura orgânica no ano de 2012. Ana explica que, no caso de sua UPF, não era cultivado nada nas terras e estas serviam historicamente somente de potreiro para os animais. Mesmo assim, em 2012 iniciou o

período de descontaminação do solo, 18 meses, conforme exigido para a certificação da propriedade como orgânica. Na UPF de Cecília, da mesma forma, foi necessário igual período para o descanso da terra. No caso de Cecília, o tabaco foi a cultura prevaiente durante muitos anos na propriedade.

Quando questionadas sobre o que as levou a buscar a agroecologia, Ana confessa que sua inspiração veio da mãe. Quando era criança, ficava encantada ao observá-la colhendo “frutos” plantados na terra, tirando as sementes deles e, com muito carinho, as guardava em pedaços de papel. Segundo a entrevistada, o mais esplêndido é que para plantar, sua mãe não utilizava agrotóxico ou qualquer insumo de fora da propriedade. Ela destaca: “era tudo tão simples e tão gratificante! As sementes eram guardadas para o próximo ano e sempre produziam”.

A jovem Maria diz que a ideia de produzir orgânicos também foi da mãe, Cecília. Ela recordou que a mãe já “lidava” com mudas e nunca precisava fazer uso de veneno, sempre obtendo boa produção. Então, quando Ana (entrevistada anterior) surgiu com a ideia das reuniões e da formação do grupo de orgânicos, sua mãe se sentiu entusiasmada com a novidade e em busca de um futuro promissor e com mais saúde, nunca mais parou. Ao contrário, ao iniciar esta trajetória plantou a semente da sucessão da agricultura na propriedade em sua filha Maria.

Vários aspectos podem (e devem!) ser evidenciados nas justificativas apresentadas pelas entrevistadas, para explicar a transição para agroecologia. Chama atenção, por exemplo, a relação afetiva das mulheres com a terra, com a natureza e com o alimento, sobretudo em relação as sementes.

Ao falarem da “observação” do passado, explicitando que se conseguia produzir sem usar insumos químicos, reconhecem a importância do saber tradicional, àquele passado de geração para geração e que na agricultura tecnicista (ou moderna) é considerado obsoleto. Elas reconhecem a possibilidade de autonomia na agricultura, sem a dependência de empresas “fornecedoras” de sementes, adubos de sintetizados quimicamente e agrotóxicos. Essa perspectiva coincide com o conceito de transição agroecológica descrito por Siliprandi (2015) e apresentado no início deste item.

Muitas autoras, dentre as quais Pacheco, reconhecem o papel do saber tradicional das mulheres na transição agroecológica. Nesse sentido, a autora destaca que,

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham

importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar. (PACHECO, 2002, p. 20).

Ainda no âmbito das motivações para a transição, as duas entrevistas apresentam em comum a busca por mais saúde para a família, a procura por alimentos mais saudáveis (primeiro para a família e depois para comercializar) e a perspectiva de melhoria na qualidade de vida.

Interessante ressaltar aqui essa importante perspectiva das mulheres em preocupar-se prioritariamente com o bem-estar de suas famílias. Muhammad Yunus, prêmio Nobel da Paz em 2006 por criar o Grameen Bank, decidiu, ao formular sua proposta de microcrédito, investir prioritariamente em mulheres. Justificou sua decisão, dentre outros fatores, por considerar que são elas que mais sentem a miséria, pois têm a responsabilidade de criação dos filhos e, por outro lado, quando recebem algum incentivo financeiro, preocupam-se, em primeiro lugar, em melhorar as condições de vida da família. Ele conta em seu livro que em Bangladesh, país asiático em que o Grameen surgiu, era comum que os homens optassem por negócios arriscados quando recebiam algum tipo de recurso, buscando lucros maiores e mais rápidos. As mulheres, por outro lado, tinham como foco o desenvolvimento de atividades que pudessem contribuir para dar uma melhor vida aos filhos e filhas e, quem sabe, algum excedente (YUNUS, 2002).

Importante remarcar também que nenhuma das entrevistadas citou como motivação a perspectiva financeira. Ao contrário, como veremos a seguir, elas afirmaram que quando este é o fator principal de motivação dificilmente a proposta vinga.

Sobre o processo inicial, Ana destaca que houve a primeira reunião na comunidade da Floresta para falar da oportunidade da produção agroecológica e “de se livrar dos agrotóxicos”. Inicialmente o grupo começou com 30 famílias, aproximadamente e destas restaram somente duas como certificadas no município. Ana justifica a situação, explicando que muitos foram atraídos pela possibilidade de lucro com a produção de orgânicos, sem compreender todo o contexto da

agroecologia. Então foram desistindo gradativamente, com cada pequena dificuldade no caminho já que a renda não pode ser a principal ou única motivação para a transição.

No âmbito das dificuldades para o desenvolvimento da agroecologia, o/a entrevistado/a da EPAGRI municipal cita que há recuos devido à parte burocrática do processo, como por exemplo no caso da certificação. Além disso, há resistência por parte dos produtores convencionais que não creem ser possível produzir sem agrotóxicos também é fator limitante.

Ana também destacou que a falta de recursos dificulta o aumento da produção. Na falta de recursos entra também a mão de obra, visto que o marido de Ana é autônomo (pintor de residências) e sempre trabalha fora chegando a ficar meses sem voltar para casa. Nesse sentido, ela destacou que se preocupa em não dar conta de produzir em escala pois demanda mais mão de obra. Essa situação colabora também para ela ter receio em acessar um financiamento para sua propriedade.

Dos impactos da transição, Ana destaca que as mudanças foram lentas, mas as considera vitórias. Destaca, no entanto, contradições no seio familiar. Um de seus filhos trabalha “em uma empresa dosando os venenos para serem aplicados nos tomates e batatinhas da região” e ele, ao criticar a produção agroecológica, diz que a maior parte do dinheiro e o pagamento em parte da faculdade dos outros dois filhos mais novos vieram do agronegócio. Segundo ela “dói” ter ouvido isso e, por esse motivo, sua luta pela segurança alimentar e a produção agroecológica persiste. Ela ressalta a importância do trabalho que desenvolve para a sociedade, afirmando que “além de você levar um alimento saudável, você troca conhecimentos com as pessoas, tem as trocas de sementes, mudas, experiências etc”. Por enquanto a maior parte do que ela produz é destinado para a alimentação da família e o restante é vendido na feira do/a agricultor/a familiar do município.

Cecília deu ênfase na questão da saúde familiar. Ela e a filha Maria consideram que a saúde de todos melhorou depois da conversão para a agroecologia, sendo raro precisarem ir ao médico. Destacam que a propriedade é autossuficiente na produção para o autoconsumo e vende bastante excedente.

Nesse contexto o processo de transição agroecológica proporcionou as famílias entrevistadas, melhor qualidade de vida, alimentação segura, mais saúde e principalmente a autonomia das mulheres como descrito a seguir.

3.2 A AUTONOMIA DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA.

No presente item buscou-se entender a autonomia das mulheres a partir da agroecologia, como a transição agroecológica mudou a vida delas, e quais as dificuldades e melhorias que encontraram durante o processo.

Conforme destaca SILIPRANDI 2015: “A agroecologia permite juntar, na ótica das mulheres, todas essas questões: autonomia das pessoas com relação à forma de produzir, quanto à própria alimentação, aos cuidados com o meio ambiente e também com a saúde das pessoas”. (pg. 316).

Pacheco (2005) apud Siliprandi (2015) destacam a maior autonomia das mulheres no modelo de produção na perspectiva agroecológica:

Maria Emília Pacheco[...] baseou-se em algumas pesquisas que mostravam que, no campesinato, a distribuição do produto do trabalho tendia a ser mais igualitária nos sistemas de produção em que a mulher participava das decisões do planejamento e da forma de dispor os produtos (argumento da equidade), e que existiam evidências de que, quando se expandia o leque de atividades geradoras de renda nas quais as mulheres se envolviam, aumentavam suas opções estratégicas, criando-se condições para que elas tivessem maior autonomia e poder de decisão (argumento do empoderamento baseado nas condições materiais) (pg. 105).

Do ponto de vista da autonomia destaca-se que a entrevistada Ana possui conta no banco do Brasil e na Cresol e administra o dinheiro da propriedade, tem CNH e dirige assim como todos os membros de sua família. Ainda sobre a autonomia das mulheres, Ana faz parte da AGROFER (agrupamento orgânico de Floresta e região), que é uma associação dos/as produtores orgânicos e que, a cada dois anos, escolhe-se um/a novo/a integrante para coordenador/a na comissão responsável por representar o grupo em cursos, feiras etc. Também faz parte da comissão de ética do núcleo Planalto Norte da Rede Ecovida, onde atua no comitê com outros integrantes que visitam as propriedades num processo chamado “olhar externo” para ver se as outras propriedades estão de acordo conforme caderno de manejo que utilizam em campo.

Essa comissão surgiu a partir da demanda dos produtores orgânicos de Porto União que em 1993 começaram os processos de certificação orgânica das propriedades. Neste sentido Ana possui muita autonomia em ir atrás de seus objetivos haja vista que está à frente da direção de sua UPF, e sempre procura por cursos, feiras no intuito de melhorar seu conhecimento e experiências.

Sobre a gestão da UPF, Ana não adquiriu nenhum recurso de financiamento ou algo parecido até o momento, somente com recursos próprios, sendo que a maior parte ainda vem do trabalho de autônomo do marido. Da feirinha uma porcentagem vai para o fundo da AGROFER, outra parte ela investe também na UPF e o restante ela deposita. Há um caixa único, porém, é diferenciado a destinação dos recursos, pois sua parte vai para utensílios, tais como vasos, sementes etc, e a do marido para horta, mudas etc. A renda obtida pela agricultura ainda é menor do que a de seu marido como autônomo, porém os dois pretendem investir e aumentar a produção para o próximo ano, junto com a realização do sonho de construir uma casa na UPF e deixar a residência próxima a rua para os filhos, assim podendo se dedicar mais aos trabalhos da UPF. Sendo Ana também a responsável por abrir novos mercados para comercialização dos produtos.

Do ponto de vista da autonomia pode-se dizer que a agroecologia contribuiu no sentido de poder produzir seu próprio alimento, do jeito que quiser e ao mesmo tempo contribuindo com a natureza. Também destaca que a agroecologia mudou tudo em sua vida, na família gradativamente, aprendendo a aproveitar cada dia mais perto da natureza, sem consumismo, sem muito concreto (construções cimentadas) etc. A importância de seu trabalho para a sociedade é que além de você levar um alimento saudável, você troca conhecimentos com as pessoas, tem as trocas de sementes, mudas, experiências etc. O convívio familiar mudou no sentido de que até o filho que não comia salada agora está comendo, comemora ela, percebeu que eles estão mais interessados em buscar/pesquisar sobre a alimentação, chás etc.

Maria mora no centro urbano do município e trabalha na UPF (Unidade de Produção Familiar) todos os dias, inclusive nos domingos onde tem que molhar as plantas. Durante sua rotina semanal ela faz massas de pastel na agroindústria (com certificação) de sua tia e também trabalha com mudas convencionais. Sobre a questão da autonomia possui conta na Cooperativa de Crédito Cresol a qual é em conjunto com seu marido (que trabalha em uma empresa no município) e no Banco da Caixa Econômica Federal conta única. Os que possuem CNH na UPF são Maria e seu Pai. Faz parte da Associação regional dos

pequenos agricultores (ARPAP), na qual é secretária geral e da AGROFER (Agrupamento orgânico de Floresta e região) onde é a 1ª titular da comissão do grupo de orgânico do município. Também integra a Feira da Agricultura Familiar do município de Papanduva na qual é a tesoureira. Maria sempre participa, organiza e promove reuniões, assembleias etc. Dessa forma fica evidente a autonomia que Maria e Cecília adquiriram através da agroecologia, e encontram-se dispostas a continuarem nessa perspectiva de agricultura.

Sobre a gestão da UPF, houve financiamento através do projeto desenvolvido pela EPAGRI (abrigo, irrigação etc.) do FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural), foi Cecília que adquiriu o financiamento. O recurso é gerenciado em maior parte por mãe e filha, elas tomam as decisões juntas na propriedade. Não há caixa único, pois, os recursos auferidos na agricultura são divididos. Cecília fica com o recurso da Feira, enquanto Maria fica com o dos pasteis, sendo a agricultura a maior parte da renda.

Sobre a questão da autonomia, Cecília e Maria consideram a autonomia na produção de seu próprio alimento, pois segundo as entrevistadas compram somente o essencial fora da propriedade.

Segundo a entrevista realizada na EPAGRI, a entidade promove cursos de formação voltados a agroecologia. A técnica entrevistada destaca que todo ano são oferecidos cursos para os/as jovens do campo, alguns exemplos: gestão da propriedade, pecuária sustentável etc. Quanto aos incentivos voltados à promoção da agroecologia, destaca que há vários projetos de financiamentos que seguem essa linha, onde há prioridade para projetos com mulher do campo, jovem e unidades com sistema agroecológico.

Sobre a questão de gênero na procura por cursos ou projetos voltados a agricultura agroecológica, a entrevistada da EPAGRI conta que a maior procura é feita pelas mulheres. Também na questão de gênero, dentro das propriedades de cunho agroecológico, as mulheres são quem respondem pela gestão e “que puxam em todos os sentidos” segundo a entrevistada.

Diante do exposto pudemos constatar que às mulheres irão construindo sua autonomia no processo de transição, recursos, cursos, entre outros. Também é notável o papel da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) no que diz respeito ao processo de transição e acompanhamento das propriedades, e quaisquer outras dúvidas das agricultoras a respeito da produção agroecológica.

3.3 O PAPEL DA ATER NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.

Este tópico busca trazer a importância da assistência técnica de extensão rural, na transformação da agricultura sob uma nova perspectiva, ou seja, com foco na agroecologia, no acesso as políticas públicas em todo o processo desde a transição.

Conforme os autores CAPORAL (1998) apud DAMBRÓS (2017) sobre a definição da Extensão Rural:

[...] a Extensão Rural Agroecológica poderia ser definida como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (pg. 285).

Sobre a assistência técnica que tiveram na propriedade, Ana destaca que foi principalmente do M. P. A (Movimento dos Pequenos Agricultores), onde um técnico acompanhou todo o processo de transição e também os próprios agricultores/as do grupo do Planalto Norte. Os conhecimentos sobre manejo, beneficiamento e produção como Ana já havia comentado, vieram de sua mãe através de sua cuidadosa observação. A parte burocrática sobre a certificação, normas, leis etc, vieram de seu próprio interesse em pesquisar/telefonar/ entrar em contato com quem já produzia e tinha conhecimento dessa parte para lhe orientar.

Segundo Cecília, sobre a assistência técnica recebida para o processo de transição e acompanhamento técnico, foi com o auxílio do MPA e da EPAGRI, principalmente na parte burocrática da transição, também ensinando a fazer os biofertilizantes, caldas entre outros.

Cecília também afirma ter participado de alguns cursos oferecidos pela ATER da EPAGRI.

As UPF das entrevistadas possuem certificação pela Rede Ecovida, por ser a mais acessível e também participativa, onde os/as agricultores/as se visitam, convidam pessoas para um olhar externo. As reuniões acontecem a cada 3 meses, além dos encontros da comissão de ética.

Sobre as propriedades agroecológicas em Papanduva, a entrevistada da EPAGRI comenta que existem duas propriedades orgânicas com certificação, cinco sem certificação, mas que trabalham na mesma perspectiva, e outras dez famílias produtoras de morango que estão migrando para a produção orgânica.

Sobre o papel da entidade no desenvolvimento da agroecologia no município, a entrevistada conta que uma das missões da EPAGRI é fomentar a agricultura familiar onde o principal foco é chegar na agroecologia. A EPAGRI promove cursos de formação voltados a agroecologia. A entrevistada destaca que todo ano são oferecidos cursos, sobretudo para os/as jovens do campo. Alguns exemplos: gestão da propriedade, pecuária sustentável etc. Quanto aos incentivos voltados a promoção da agroecologia, destaca que há vários projetos de financiamentos que seguem essa linha nos quais alguns quesitos tem prioridade no acesso a estes incentivos, tais como: ser mulher do campo, jovem, e unidades com sistema agroecológico.

Sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres rurais, a representante da EPAGRI destaca que existem àquelas nacionais como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) com uma linha própria para mulheres e tem o Pronaf agroecologia. No âmbito do estado, a EPAGRI entra com a assistência técnica, rastreabilidade e caderno de campo para o fomento de negócios rurais e pesqueiros de Santa Catarina, onde a prioridade do acesso a esta política pública é ser mulher ou trabalhar com propriedade agroecológica. Para as/os jovens existe o apoio à informática, onde jovens de até vinte e nove anos podem adquirir um kit informática, podendo comprar computador e/ou notebook, roteador e até a antena para o meio rural, para ajudar na gestão da propriedade e na informatização do campo.

Em virtude do que foi mencionado sobre o papel da ATER no processo da transição das propriedades agroecológicas, as políticas públicas destacadas e o acompanhamento e assistência, nos leva a compreender de como é importante para o/a agricultor/a entrar num novo processo em sua propriedade e poder contar com auxílio dos órgão de assistência técnica e extensão rural. Mais que isso, da importância,

conforme relatado pelas entrevistadas sobre o momento inicial de apoio à iniciativa, da existência de política específicas para mulheres rurais. Infelizmente sabemos que, neste momento, do ponto de vista das políticas públicas federais vivemos num período de incertezas. A oferta de apoio financeiro para projetos de ATER sejam eles para famílias ou específicos, diminuiu e, segundo relatos, foi nulo no último ano.

3.4 FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.

Neste item busquei compreender como se dá o processo de comercialização dos produtos agroecológicos das propriedades entrevistadas, quais as dificuldades encontradas no caminho, visto que as agricultoras foram as pioneiras do município a tentar a nova forma de produzir ou fazer agricultura. Quais as perspectivas futuras da produção?

Conforme destaca a autora Paulilo (2015), sobre a comercialização de produtos, tais como a feira:

A participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realizava a comercialização (como as feiras), permitia o contato com públicos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando-lhes maior autoestima. (pg.106).

Toda a área de 5 hectares da propriedade de Ana possui certificado de orgânico. A questão do orgânico e do agroecológico na visão da entrevistada é de que orgânico até monocultura pode ser. Ana explica a produção orgânica: “[...]compra fertilizantes orgânicos, contrata funcionários para aplicação desses insumos comprados de fora da propriedade, sem se envolver diretamente com sua produção, podendo só administrar”.

Já na agroecologia, segundo ela:

O trabalho familiar é mais forte, cuidando e respeitando o meio ambiente a biodiversidade, desde a observação de um pássaro que está ali se pensa em plantar algo que chame, incentive a vinda dos “bichinhos” na propriedade, as panc’

³e a mini agrofloresta são exemplos. Do cuidado desde o capim seco que é colocado gradativamente no solo a fim de mudar sua estrutura para que fique o mais natural possível, sem muita intervenção humana. Na agroecologia se observa e aprende-se com a natureza e não ao contrário, principalmente essa questão do manejo (Ana, agricultora agroecológica)

Neste sentido, Ana considera sua propriedade como agroecológica.

A propriedade de Maria e Cecília tem somente 0,55 hectares de um total de 4,8 hectares de produção orgânica, sendo utilizadas barreiras naturais para separar as áreas de cultivo. Ocupam as terras no entorno da casa para a produção as restantes são alugadas. As entrevistadas contam que observam diferença entre orgânico e agroecológico no sentido da certificação e da produção, e situam sua propriedade como orgânica, por causa da maior comercialização dos produtos, ou seja, uma produção em escala.

As maiores dificuldades encontradas por Ana foram à resistência dos vizinhos de divisa em que insistiam em passar cada vez mais agrotóxicos ao lado da produção da entrevistada, porém com diálogo e com o passar do tempo tudo se acalmou. Sobre as dificuldades encontradas na transição para Cecília e Maria foi a questões das barreiras, visto que os vizinhos são da agricultura convencional e fazem divisa com sua parte certificada de terreno, construindo assim 2,5 metros de barreira para evitar contaminações pelo uso de agrotóxicos.

As atividades atuais da propriedade de Ana para venda são o taiá, o aipim, mudas de chás, temperos e flores, consomem mais do que vendem, em torno de 70%. Trabalham na UPF ela e o marido (aos poucos), não havendo pessoas contratadas no momento.

As atuais atividades da propriedade de Cecília e Maria estão a produção de alface, brócolis, couve, beterraba, rúcula, e quanto aos responsáveis por essas produções são os três integrantes da UPF que trabalham conjuntamente Maria, Cecília e o marido. A propriedade é autossuficiente nos itens produzidos, a produção é em maior escala para ser vendida, de fora da propriedade compra-se somente o necessário. Não há pessoas contratadas no momento, somente o sobrinho de Maria que tem interesse pelo manejo da produção sempre está junto, atento e

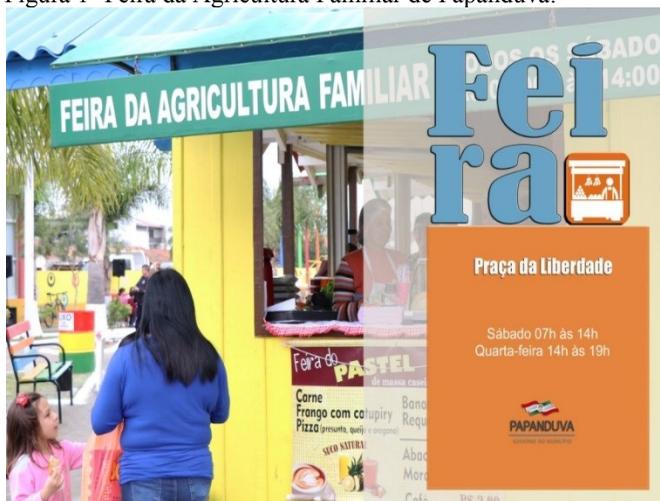
³ Panc's – plantas alimentícias não convencionais, ou seja, não são produzidas em grande escala, e geralmente são encontradas nos quintais das casas.

curioso para aprender cada vez mais. O contrato de pessoas de fora da propriedade acontece de vez em quando, dependendo da produção (diaristas).

Sobre a comercialização da produção da UPF de Ana, é distribuída ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), programa federal de aquisição de alimentos, além da feira e venda direta ao consumidor. Sobre o PNAE eram entregues duas vezes na semana, mas no momento não há escala em sua produção, onde está esperando a maturação do taiá para oferta novamente. Já a feirinha acontece toda as quartas-feiras (durante a tarde) e sábados (das 7:30 às 14:00) na pracinha do município. Ana destaca que a feira da agricultura familiar passou a ocorrer nas quartas-feiras à tarde também, visto a demanda da população pelos produtos ofertados. Tudo que é produzido na propriedade dela quanto na dos outros/as produtores/as que vendem na feira são comercializados em Papanduva, se tivesse mais produção venderia mais destaca Ana, pois a demanda por produtos orgânicos e similares vem crescendo no município. Por enquanto o pouco que ela produz (visto que a maior parte é para a alimentação da família) é tudo vendido. Sobre a aceitação, entendimento e valorização, Ana conta que foi difícil no início competir com os/as agricultores/as convencionais, pois estes traziam seus produtos repletos de “venenos e tratamentos”, os quais tinham um aspecto maior, mais bonito, mais aceitável, o que tornava mais competitivo perante os orgânicos. Porém, a conversa, o esclarecimento dos consumidores, além do sabor e qualidade dos produtos foram, aos poucos, convencendo os consumidores. Aos poucos os convencionais foram saindo gradativamente da feira.

Os produtos da UFP de Maria e Cecília são comercializados na Feira da Agricultura no município de Papanduva, venda direta na propriedade, PNAE e entregas em lanchonetes. A frequência das entregas é todas as semanas nas segundas-feiras nas lanchonetes, quartas e sábados é na feira e no PNAE a cada 15 dias. Maria é a responsável por procurar novos mercados, e pelas entregas feitas de carro (utilitário). Sobre o grau de satisfação com os rendimentos elas dizem estar contentes e acham o preço de seu produto justo e acessível, pois a procura vem aumentando. Toda produção orgânica é vendida em Papanduva mesmo. A aceitação das pessoas e o entendimento tem demonstrados resultados positivos, pois a demanda de procura por produtos orgânicos vem aumentando.

Figura 1- Feira da Agricultura Familiar de Papanduva.



Fonte: Prefeitura de Papanduva.

A figura 1 se refere ao ponto de comercialização dos produtos da agricultura familiar e agroecológicos, com infraestrutura fornecida pela prefeitura do município.

Ressaltam a importância do Encontro de sementes crioulas no município que é realizado por membros da comissão de orgânicos do município e pela EPAGRI. Além da promoção da agroecologia, trata-se de um momento para trocas de saberes entre os povos do campo e demais pessoas que valorizam os conhecimentos agroecológicos. Esse encontro costuma acontecer entre os meses de agosto e setembro, mas seu planejamento se inicia em março por um grupo de pessoas formado pelas agricultoras certificadas, agricultores/as familiares, pela EPAGRI do município, e por outras pessoas que auxiliam para que o evento ocorra.

Figura 2- Encontro de Sementes Crioulas em Papanduva.

**II ENCONTRO DE SEMENTES CRIULAS
DE PAPANDUVA - SC**

"Preservando a cultura e a biodiversidade;
Promovendo a soberania alimentar e o conhecimento rural sustentável!"

Evento para troca e vendas de sementes, mudas e ramas!

Data: 01 de Setembro de 2019
Local: Salão da Igreja Santo Antônio
Rua José Zadorosny, Centro, Papanduva – SC
Início: 7:30 h / Término: 17:00 h



**Participe do nosso café da manhã da partilha (traga seu prato e compartilhe).
Traga sua sacola para as compras!**

Programação
7:30 as 8:30 – Café da manhã (partilha)
8:30 – Abertura
8:45 – Hora mística
9:00 – Palestra (Agroecologia em foco)
9:45 – Feira de troca e venda de mudas, ramas, sementes e bancadas temáticas
12:00 – Almoço
13:00 – Continuação da feira
16:45 – Oração cabocla, ciranda e encerramento.

**Venha almoçar com a gente, teremos uma deliciosa comida típica.
RS 10,00
Trazer prato, talheres e copos.**

Maiores informações e inscrições: Escritório Municipal da Epagri e Feira da Agricultura Familiar de Papanduva.

(47) 3647-0344 (47) 99189-3620 empapanduva@epagri.sc.gov.br

Realização: Grupo dos guardiões de sementes crioulas de Papanduva, Feira da agricultura familiar de Papanduva, Epagri, Farmácia Poupa Lar de Papanduva, Crescol, Sicoob Crediplanlto, Curso Educação do/no campo UFSC, Agrofer e MPA.
Apoio: Secretaria da Agricultura de Papanduva

Fonte: Prefeitura de Papanduva

A imagem 2 é uma outra forma não só de comercialização como também da promoção da agroecologia no município de Papanduva. No ano de 2019 houve a segunda edição do encontro de sementes crioulas, e o sonho das entrevistadas é de que o encontro vire uma tradição no município.

Na Secretaria da Educação do município, a representante está ciente que há produção orgânica no município, porém alega que é baixa ainda a representatividade, também explica que a entidade nunca teve/tem projetos voltados ao tema. Porém acha de extrema relevância trabalhar a agroecologia nas escolas destacando a questão da saúde das crianças, principalmente.

Quanto aos incentivos à feira da agricultura familiar do município, a entrevistada da EPAGRI conta que são cinco famílias que formam a feira, destas quatro são lideradas por mulheres e todas as famílias trabalham com foco agroecológico, apesar de somente duas serem certificadas.

A infraestrutura onde é realizada as feiras da agricultura familiar do município, é cedida pela prefeitura, que também fornece o alvará de funcionamento. A entrevistada destaca que a prefeitura vê o tema como

um benefício para o município. A entrevistada também destaca que há maior envolvimento das mulheres na gestão e realização da feira.

Desta forma, destaca-se a importância das diversas formas de comercialização, onde além da venda, troca-se saberes e experiências, uma espécie de ajuda mútua entre os/as agricultores/as. Também vale destacar os programas governamentais de políticas públicas, a exemplo do PNAE, que fornecem oportunidades ao desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios, e também o acesso de programas e políticas públicas fomentadas pela EPAGRI, assim como toda a assistência necessária para o processo. Outro destaque seria a importância dos órgãos governamentais, a exemplo da Secretaria da Educação municipal, que desenvolvessem projetos voltados à introdução da agroecologia nos currículos escolares, desse modo promovendo a disseminação de ideias e um novo modo de envolver a futura sociedade nessa perspectiva da agroecologia.

3.5 AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DO CAMPO.

Este item busca evidenciar a rotina de trabalho enfrentada cotidianamente pelas entrevistadas, mostrando que há diferenciação de gênero na execução de determinados trabalhos, e a dupla jornada ainda é uma realidade nas UPF e que traz grandes impactos na vida das mulheres agricultoras. Além disso, buscou-se explicitar a visão dos órgãos públicos em relação ao tema e sobre o que eles têm feito para combater as desigualdades de gênero e como isso implica no desenvolvimento da agroecologia.

Ana acorda às 6:00 da manhã todos os dias, após fazer sua oração de agradecimento ao início do dia vai para cozinha preparar o café. Após o café vai lavar as roupas de todos os integrantes da família antes das 7:00, para o caçula tomar café antes de ir trabalhar fora. As 8:15 desce para abrir o galinheiro, e cuidar das mudas que produz, e trazer as verduras para o almoço. Toda manhã junta um carrinho de mão de gramas secas e leva para sua agrofloresta que está em construção. Até às 9:15 lida no canteiro leva cinzas na horta e faz substrato para as mudas de orquídeas, fica até as 9:30 na UPF. Volta para casa trazendo a lenha e inicia o almoço. Enquanto a comida está cozinhando, limpa/arruma a casa e lava o banheiro. Ao 12:00 todos/as almoçam à mesa, inclusive sua nora que trabalha próximo. Ana faz questão sempre de ter sua família reunida à mesa, conversando e interagindo.

Após o almoço lava a louça, e às 13:00 e pouco vai fazer o substrato para as orquídeas (farinha de ossos, casca de pinus tratada com

peróxido de hidrogênio, telha, tijolo para fazer o substrato no pilão estes últimos são para deixar o substrato aerado). Das 15:00 às 15:15 faz o café para o filho mais velho que trabalha próximo a residência, depois desce para a UPF voltando só a noite.

No período de inverno costuma se recolher as 18:00. Após a janta faz anotações, analisa documentos, estuda as normas, pois por ser da comissão é muito solicitada para atender, orientar as dúvidas de outros/as agricultores/as.

Já Maria tem uma rotina semanal programada. Na segunda-feira até o horário do almoço Maria faz entregas de mudas e verduras, em Papanduva e Monte Castelo, descarrega o que sobra, molha, e almoça às 13:00 horas. Depois, durante a tarde, vai trabalhar com as mudas, as verduras ou com as massas de pastéis na casa de sua tia. Em torno das 18:00 horas, volta para sua casa.

As terças-feiras, também faz entregas na parte da manhã. Acorda às 6:30 da manhã, lava a louça, arruma a casa e dá comida aos seus cachorros, em seguida vai para a UPF na residência de sua mãe Cecília, trabalhar com as mudas e verduras.

As quartas-feiras, são colhidas as verduras até a hora do almoço e preparadas para a feira que agora acontece nesse dia também, às 13:00 da tarde.

Na quinta-feira durante a manhã, trabalha com as mudas e verduras e vai para a agroindústria na casa de sua tia, fazer as massas de pastéis para a feira.

Na sexta-feira, até o horário do almoço, planta e trabalha com as verduras, depois, à tarde é feita a colheita para a feira dos sábados, assim ficando até mais tarde nesse dia para deixar tudo arrumado para o dia seguinte.

No sábado pela manhã às 7:10 dirige-se com Cecília ao centro para comercializarem seus produtos na feira da agricultura familiar, retornando às 14:00 horas para organizar os afazeres, molhar as mudas e verduras. No domingo também são molhadas as mudas e verduras, sendo essas já são carregadas para o carro, uma vez que na segunda-feira de manhã elas serão entregues. Além disso, há atendimento ao público na UPF a qualquer momento do dia.

No que diz respeito aos trabalhos de casa, Ana é a responsável pelos afazeres domésticos, casa, roupa, comida e cuidado dos filhos, 100% das atividades de casa e cuidados sobre sua responsabilidade. Segundo ela o reconhecimento e valorização destas atividades só às vezes é reconhecida, quando em algum momento do ano ganha alguma

lembrecinha de seus filhos, porém acha que o serviço de dona de casa nunca tem valor porque é uma coisa que não aparece, que não dá lucro.

Ana destaca tempo que gasta cuidando da casa poderia estar na UPF produzindo, ou fazendo cursos, plenárias que tem vontade de fazer. Tudo isso é sempre deixado de lado, pois sempre pensa na família que vai ficar sem almoço. Na questão da divisão de atividades eles “ajudam”, pois trabalham e ajudam em mantimentos algo nesse sentido em casa.

Já na UPF de Cecília e Maria, a responsável pela arrumação da casa, roupas, comida etc., durante a semana é Cecília, porém quando é dia de faxinar a casa os serviços ficam 50% para mãe e 50% para filha, que considerou ter essas atividades reconhecidas pela família. Elas consideram que esse tipo de serviço (arrumação da casa, comida) diminui sua produtividade na UPF, porém conseguem fazer uma troca entre elas enquanto uma vai fazer o almoço a outra fica na UPF, e quanto a participação em cursos ou outros eventos, consideram não serem prejudicadas pois, quando uma sai a outra fica na UPF, e também acham justas as distribuições das atividades dentro da família.

O que se pode observar em comum nas entrevistas é o fato do trabalho de casa sempre ficar a cargo das mulheres, e isso prejudicar na produção da UPF. Como destaca uma das entrevistadas, afeta o acesso a cursos, palestras ou outros eventos.

A entrevistada da EPAGRI reforça que a desigualdade de gênero limita as mulheres no campo. Segundo ela: “sobre a desigualdade de gênero no campo, percebe bastante a questão da divisão sexual do trabalho, pois as mulheres querem fazer mais cursos/formação, buscar coisas novas, porém são podadas pelos afazeres domésticos” (Representante da EPAGRI Papanduva).

Na questão das ações da EPAGRI para promover a igualdade de gênero no campo a entrevistada conta que sempre tentam trabalhar a família como um todo, mulher, homem e os jovens, como por exemplo nos cursos são convidadas as famílias.

Sobre as políticas públicas e as questões de gênero, segundo representante da Secretaria da Educação, o município não possui nenhuma política voltada ao tema. Quando questionada em que a Secretaria da Educação poderia ajudar para o incentivo de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento da agroecologia e promoção da igualdade entre gênero, diz que teriam que se reunir para discutir essa questão, pois a mesma não é abordada no município. Também alegou o fato do tema não ser relevante para a faixa etária, que ficaria a cargo da

educação estadual tal discurso, visto que os/as estudantes têm maior faixa etária.

Ou seja, percebe-se que do ponto de vista do município, não há qualquer movimento para discutir as desigualdades de gênero, as quais permanecem silenciadas. Além disso, a agroecologia também não tem sido discutida no âmbito municipal, nem mesmo naquilo que tange a alimentação escolar. Então, podemos dizer que os municípios mantêm sua visão-atuação da forma tradicional.

A EPAGRI, por sua vez, apesar de reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no meio rural, não conseguiu mostrar uma só atividade desenvolvida para tentar superar esta realidade. Nesse sentido têm-se os seguintes questionamentos: A EPAGRI busca fazer cursos e atividades formativas mais próximas dos locais de moradia das mulheres? Utilizam a estratégia da oferta de ciranda nas atividades formativas que desenvolvem? Se propõem a flexibilização do horário das atividades ofertadas?

Mais importante, se escola e EPAGRI, em suas atividades, questionam os papéis pré-estabelecidos para homens e mulheres. Afinal, sendo uma construção social como vimos no capítulo anterior, à desconstrução desta problemática enseja ação firme da educação formal e informal.

A representante da Secretaria da educação quando questionada sobre o tema agroecologia/produção orgânica nas escolas destacou que seria relevante porque despertaria nas crianças a importância do consumo de alimentos saudáveis e a produção dos mesmos, respeitando a natureza, o que reflete na preservação de doenças e manutenção da saúde.

Sobre o papel da EPAGRI na promoção da agroecologia a representante destaca que uma das missões da entidade é fomentar programas e políticas públicas até atingir seu foco que é a perspectiva agroecológica.

Na opinião de Ana para mudar esse contexto da promoção da agroecologia, deveriam ter aulas de agroecologia nas escolas e também ensinar as crianças a gastarem corretamente seu dinheiro uma espécie de educação financeira. Já na questão de gênero dentro da agroecologia é o fato de que a mulher quem promove, cuida, beneficia o doce (ou outros produtos), troca sementes, mudas, dentre outros. Ou seja, a mulher está sempre pensando no bem-estar e na boa alimentação de sua família.

Sobre as desigualdades de gênero Ana comenta sobre sua formação na escola, nas aulas de PPT (preparação para o trabalho) - fazer bolo, varrer calçada era coisa de menina, se um menino fizesse

isso era ridicularizado pela escola toda. Então nessa questão da promoção das discussões de gênero a escola influenciava negativamente os/as estudantes.

Ana comenta que já se sentiu desprivilegiada por ser mulher dentro da própria agroecologia destacando a seguinte fala: “quando um homem fala ele é mais ouvido”.

Nas discussões sobre gênero Ana considera que poderia melhorar a situação se a escola começasse a promover essas discussões para assim entrar na sociedade através das novas gerações que estão se formando.

Já Maria diz não ter observado, ou ao menos não se lembra disso na escola, sobre os estudos de gênero não lembra em momento algum de ter essas discussões no âmbito escolar. Ressaltou a questão de que em seu curso técnico de agroecologia a maioria eram mulheres e que em nenhum momento se sentiu desprivilegiada por ser mulher na sociedade em geral. Sobre a agroecologia considera que deveria ser ensinada na escola como disciplina e deveria ter o incentivo desde criança para ter sua hortinha, saber de onde vêm as coisas.

Nesse sentido vale destacar a importância da educação escolar no âmbito da perspectiva agroecológica, como o relato da maioria das entrevistadas. Mas, o que está faltando para que isso aconteça? Já nas questões de gênero ressalta-se o importante papel da escola em trabalhar o tema, para uma formação mais crítica dos/as estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo permitiu confirmar, a partir do objetivo geral estabelecido, que às mulheres foram precursoras da produção orgânica no município de Papanduva. Sobre este aspecto é preciso esclarecer a distinção entre produção agroecológica e orgânica, onde apenas uma das duas propriedades estudadas pode ser considerada agroecológica.

A análise de dados apresentadas no capítulo 2 mostra que a agricultura familiar está perdendo espaço no município e que a monocultura da soja, por outro lado, está sendo ampliada. Assim, a existência de duas propriedades com certificação orgânica no município merece ser ainda mais exaltada. Trata-se de duas UPF (Unidades Produtivas Familiares) que estão “nadando contra a correnteza” no enfrentamento do agronegócio. Nestas propriedades, claramente foram (e são!) às mulheres as responsáveis pela transição para uma produção mais alternativa, seja ela agroecológica ou orgânica. Como motivação está a saúde e o bem estar da família, o amor e respeito pelo meio ambiente.

O estudo também indica a importância deste processo de transição para a conquista da autonomia destas mulheres, sobretudo no sentido da gestão da propriedade, ampliação da renda, ampliação da autoestima e reconhecimento social. Apesar destes avanços, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, não foi possível identificar mudanças frente a situações denunciadas por diferentes autoras, conforme abordado no capítulo 1 deste estudo. Assim, ainda é de responsabilidade majoritária das mulheres entrevistadas o trabalho da casa e dos cuidados. Tal situação que persiste influencia diretamente no desenvolvimento pessoal das mesmas e da produção orgânica/agroecológica nas UPF, logo, no município.

A ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), seja ela pública ou privada, teve papel importante na transição ecológica das propriedades, sobretudo do ponto de vista da capacitação e acompanhamento técnico. Além disso, políticas públicas de crédito (PRONAF) e comercialização (PAA/PNAE) também foram importantes. A descontinuidade das mesmas pode, por outro lado, implicar retrocesso da produção orgânica/agroecologia.

Finalmente, apesar de um discurso pró-agroecologia e igualdade entre gêneros, pouco se percebeu de concreto nas ações empreendidas pela secretaria municipal de educação. A Epagri, da mesma forma, poderia ter uma ação mais pró-ativa no sentido de reconhecer e enfrentar

as desigualdades entre gêneros ainda presentes no campo. Uma forma de fazer isso seria flexibilizar horários e locais de atividades, oferecer cirandas, realizar formações para os homens abordando tais problemáticas, entre outros.

Finalmente destaca-se a importância de se aprofundar este estudo nas propriedades que iniciaram o processo de transição, mas que ainda não obtiveram a certificação. A realização de um estudo mais amplo poderá contribuir para melhor definição de ações práticas pelos órgãos governamentais do município, principalmente prefeitura municipal (Secretarias de agricultura e educação), além da Epagri.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p. 0-1. 15 abr. 2001. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/ruralidade-e-desenvolvimento-territorial/>. Acesso em: 01 fev. 2020.
- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, [S.l.], v. 15, p.261-295, 14 mar. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 01 fev. 2020.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: PAPANDUVA. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/papanduva_sc#idh. Acesso em: 06 jan. 2020.
- AZEVEDO, Antulio José de. SOBRE A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, São Paulo, v. 03, n. 6, p.1-10, jul. 2005. Semestral. Disponível em: http://www.faeff.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/48eN3R9wYhTxifO_2013-6-28-12-36-11.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.
- BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agriculturas do sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.171-174, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2004000100009>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100009>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 4504/64, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra: PROPRIEDADE FAMILIAR**. BRASÍLIA, DF, Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64#art-4--inc-II>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Pierre Triboli. Câmara dos Deputados (Ed.). **Legislação define quem é considerado agricultor familiar**. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/541665-legislacao-define-quem-e-considerado-agricultor-familiar/#comentario>. Acesso em: 31 jan. 2020.

CABRAL, F.; DÍAZ, M.. Relações de gênero. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte/Fundação Odebrecht, organizadores. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Editora Rona, p. 142-50, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; DAMBRÓS, Olivo. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites. **Redes: REVISTA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p.275-297, 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9352/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais . In: DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (Londrina). **Serviço Social em Revista**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2001. p. 201-213. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

DEERE, Carmen Diana. OS DIREITOS DA MULHER À TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p.175-204, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21698.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

ENCONTRO DE SEMENTES CRIOULAS. 2019. FACEBOOK. Disponível em:

<https://www.facebook.com/prefeituradepapanduva/photos/a.240789859440506/1226728870846595/?type=3&theater>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FECAM: Federação Catarinense de Municípios. Federação Catarinense de Municípios. 2019. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/exportar-dados-municipio/codMunicipio/185/ano/2019>. Acesso em: 06 jan. 2020.

FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PAPANDUVA. 2019. FACEBOOK. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituradepapanduva/photos/a.240789859440506/1256212617898220/?type=3&theater>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve Historia Do Feminismo** - 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n0enn1>. Acesso em: 28 dez. 2019.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Nera: NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DA REFORMA AGRÁRIA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 9, p.1-28, 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>. Acesso em: 15 jan. 2020.

IBGE CIDADES: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/papanduva/panorama>. Acesso em: 30 dez. 2019.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: SIDRA-SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1015#resultado>. Acesso em: 10 jan. 2020.

INCRA (Org.). **SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL**. 2013. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

INFOAGRO: Sistema Integrado de Informações Agropecuárias da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina. 2018. Disponível em: <http://www.infoagro.sc.gov.br/index.php/safra/producao-vegetal>. Acesso em: 30 dez. 2019.

KRAMBECK, Christian. **PLANEJAMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES EM MUNICÍPIOS RURAIS, O CASO DE PAPANDUVA – SANTA CATARINA**. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30371509.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

LANDAU, Elena Charlotte et al. **Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012. 199 p. Disponível em: <http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/variacao-Geografica-do-Tamanho-dos-Modulos-Fiscais-no-Brasil-Embrapa.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

MAPA-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MELO, Lígia Albuquerque de. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...**. Ouro Preto: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. p. 1 - 14. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/arquivos/integra_estudo_trabalho_mulher_agricola. Acesso em: 13 jan. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Org.). **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE**. 21. ed. Petrópolis: Vozes Ltda., 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero - Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs.: **Gênero e Cidadania**, 2002. (obra coletiva). Disponível em: <http://abre.ai/aCyG>. Acesso em: 04 de janeiro de 2020.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais. Quatro Décadas de Diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016. 383 p.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. 2014. Disponível em: <http://licenciatura.educampo.ufsc.br/projeto-ppp/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. S. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. **seminário internacional fazendo gênero**, v. 10, 2013. Disponível em: <https://url.gratis/tYSUC>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20, (1995) [S.I], pg. 71-99.

SEBRAE: Santa Catarina em Números: Florianópolis/ Sebrae/SC. 2010. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Papanduva.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 352 p.

TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Org.). **TEORIAS E POLÍTICAS DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE**. Curitiba: UFPR, 2017. 200 p. (329).

TELLES, Sarah Luiza e Liliam (Ed.). **SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA**. 2017. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2017/11/12/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>. Acesso em: 27 dez. 2019

VEIGA, José Eli da. **CIDADES IMAGINÁRIAS: O BRASIL É MENOS URBANO DO QUE SE CALCULA**. Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.

VIII SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DIDÁTICA E DE AÇÕES SOCIAIS DA FEI, 2018, São Bernardo do Campo. **UMA ANÁLISE HISTÓRICA INTRODUTÓRIA DAS TRÊS ONDAS DO PENSAMENTO FEMINISTA**. São Bernardo do Campo: Sicfei, 2018. 2 p. Disponível em:

https://fei.edu.br/sites/sicfei/2018/csj/SICFEI_2018_paper_158.pdf.
Acesso em: 10 jan. 2020.

YUNUS, Muhammad. **O BANQUEIRO DOS POBRES**. Lisboa: Difel, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIROS DE ENTREVISTAS APLICADAS

ROTEIRO PARA AS FAMÍLIAS PRODUTORAS ORGÂNICAS DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Identificação geral da UPF (Unidade Produtiva Familiar)

Proprietários:

Endereço da propriedade/telefone:

Como/quando adquiriram a propriedade?

Área da propriedade?

Quantas pessoas compõem a UPF (ou seja, descrever detalhadamente quem mora, idade de cada um).

Identificação geral da entrevistada

Nome completo:

Data de nascimento (incluindo ano):

Estado civil:

Qual seu nível de escolaridade?

Qual a sua profissão?

Você trabalha só na propriedade ou trabalha em outro local? Caso trabalhe em outro local, especificar.

Você tem conta no banco? (caso a conta seja conjunta, perguntar quem administra)

Você dirige/tem carteira de motorista? (descrever se outra pessoa da propriedade também tem)

Você faz parte de algum sindicato, associação, cooperativa? Caso positivo, cite quais.

Em relação à questão anterior, caso faça parte de alguma associação, você já teve algum cargo de direção? Se positivo, qual/quais/quando?

Você participa de reuniões e assembleias? (caso positivo, perguntar qual/quando foi a última).

Poderia descrever um dia habitual de sua vida (rotina, do horário que acorda até o horário que vai dormir)?

Quais os últimos cursos/palestras/seminários que você participou? (se for casada é possível, tentar identificar o dos outros membros da família também)

Sobre a produção da UPF

A propriedade é orgânica (toda a área/produção)?

Você vê diferença entre produção orgânica ou agroecológica? Caso positivo explique e situe sua propriedade (ou seja, caracteriza orgânica ou agroecológica?).

Como/de quem foi à ideia de produzir orgânicos?

Quando essa transição ocorreu?

O que era produzido antes e de que forma?

Como foi feita a transição do sistema de produção?

Teve assistência/acompanhamento técnico para a transição? (teve alguém ou alguma instituição que foi importante neste processo? Caso positivo, quem e de que forma?)

De onde vieram os conhecimentos sobre a produção orgânica?

Quais foram as dificuldades encontradas nessa transição?

Houve alguma resistência dentro da família? Explique.

Quais são as atividades atuais da propriedade (o que é produzido/quantidades e o responsável pela produção/atividade)

No que diz respeito a alimentação familiar, quanto por cento é produzido pela UPF (ou seja, qual o percentual de autossuficiência)?

Quantas pessoas trabalham na produção?

Há pessoas contratadas? Caso positivo, é permanente ou temporário (caso temporário, qual frequência?) E, quais serviços esta pessoa desenvolve?

Possui certificação? Caso positivo, que tipo?

Se for Rede Ecovida, perguntar as razões de escolha deste sistema e como o avalia?

Sobre a gestão da UPF

Já fizeram uso de algum tipo de financiamento para a produção? Caso positivo, que tipo de financiamento? Quem contraiu o empréstimo (ela ou o marido e pq)?

Como é gerenciado o recurso que entra na propriedade? Como são tomadas as decisões?

Há um caixa único ou há divisão do recurso que entra?

Qual a importância da agricultura na renda da UPF em % (ou seja, há outras fontes de renda)?

Sobre a comercialização da produção da UPF

Onde e de que forma são comercializados os produtos produzidos na propriedade (Feira, Loja, Sacolas, na propriedade, Circuito curto, PAA, PNAE etc?)

Qual a frequência das entregas (semanal, quinzenal ou outra)?

Quem é responsável na UPF por abrir novos mercados?

Como são feitas as entregas/quem é o responsável?

Descreva seu grau de satisfação com os rendimentos auferidos com a comercialização da produção (está contente? Acha justo?)

Há comercialização em Papanduva?

Como você avalia a aceitação, entendimento e valorização das pessoas de Papanduva sobre sua produção?

Sobre as atividades da casa e dos cuidados

Quem é responsável pelas atividades da casa (arrumação da casa, cuidados com roupas, comida)?

Quem responde pelo cuidado dos filhos?

Há idosos? Há necessidade de cuidar deles? Caso positivo, quem é responsável?

Qual o percentual de atividades da casa e dos cuidados que fica sob sua responsabilidade e qual é assumida por outras pessoas da família?

Você acha que estas atividades são reconhecidas/valorizadas pela família?

O compromisso com estas atividades limita ou dificulta suas atividades na produção (caso a entrevistada participe, claro!)?

Estas atividades já impediram (ou dificultaram) sua participação em cursos, reuniões, viagens ou outras atividades desta natureza?

Você acha justa a divisão de atividades na sua família?

ÚLTIMAS QUESTÕES

Do ponto de vista da autonomia, qual a contribuição da agroecologia na sua vida e na sua UPF?

O que a agroecologia mudou na sua vida, da sua família e em sua visão de mundo?

Você acha que tem reconhecimento? Mudou alguma coisa depois da conversão?

Qual a importância do seu trabalho para a sociedade, em sua opinião?

Sobre a saúde da família, você acha que melhorou depois da conversão?

Sim/Não, por quê?

APÊNDICE II**SECRETARIA DA AGRICULTURA ou EPAGRI**

1. Saberria dizer se existem propriedades agroecológicas em Papanduva? Caso positivo, quantas/quais?
2. Como avalia o desenvolvimento da agroecologia no município (ou seja, tem crescido? Potencial de geração de renda, dentre outras...).
3. Se avaliou que é pouco desenvolvida, ao que atribui esse fato?
4. Você conhece as propriedades agroecológicas do município? Caso positivo, o que pode falar sobre elas? (O que produzem? Quem/quantas pessoas trabalham na propriedade? A relevância do trabalho que desenvolvem?)
5. A xxxxxx (nome da entidade entrevistada) atua de alguma forma para o desenvolvimento da agroecologia em Papanduva? Caso positivo, poderia explicar como? Caso negativo, quais razões?
6. Possuem incentivos para o desenvolvimento da agroecologia? Quais?
7. Nas propriedades agroecológicas, é o homem ou a mulher quem responde pela produção? Justifique sua resposta?
8. Promovem formações em torno da agroecologia? Ou outros tipos de agricultura que sejam diferentes da convencional?
9. Nas questões anteriores, quem mais procura por cursos/projetos voltados a agriculturas alternativas (orgânica, biológica etc), homens ou mulheres?
10. Em Papanduva, em sua avaliação, qual a situação das mulheres do campo? Há desigualdade em relação aos homens? Caso positivo, como se materializa?
11. Há alguma ação da xxxx (nome da organização) para ampliar a igualdade entre homens e mulheres no município? Explique.
12. Desenvolvem algum projeto/curso voltado aos jovens do campo, principalmente às mulheres?
13. Existe acompanhamento técnico para transição agroecológica no município? Quem fornece? E funciona?
14. Existem políticas públicas voltadas as mulheres rurais do município? (se sim ,quais?)
15. Existe algum incentivo para a permanência da feira do agricultor familiar no município? (como esta feira funciona?).

Há produtos agroecológicos comercializados? Qual o papel das mulheres nas feiras?

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

1. As escolas do município discutem produção de alimentos orgânica/agroecológica?
2. Tem conhecimento de algum projeto que já foi / é desenvolvido nesta linha nas escolas?
3. Acredita que este seria um tema relevante? Sim, por quê? Não, por quê?
4. Sabe dizer se no município tem produção agroecológica?
5. Há desigualdade de gênero no campo em Papanduva?
6. Esta é uma temática (desigualdade de gênero) abordada na/pela escola? Caso positivo, cite/explique. Caso negativo, quais razões?
7. Existem quantas escolas do campo atualmente no município? Estas possuem alguma formação diferenciada, levando em conta a realidade daquelas/es sujeitas/os?
8. Desempenham algum incentivo pedagógico para a permanência de jovens, principalmente as mulheres no campo?
9. Possuem políticas públicas voltadas as questões de gênero nas escolas?
10. Em que a secretaria da educação ajuda, ou pode ajudar para incentivar políticas publicas para o campo, principalmente relacionadas à agroecologia e a igualdade entre gêneros no campo?

APÊNDICE III**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Thaise Costa Guzzatti, cujo objetivo é avaliar o protagonismo das mulheres na produção agroecológica no município de Papanduva. Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir. A participação é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela professora orientadora fone (48) 98824-0132.

Atenciosamente.

Gislaine Duffeck
Matrícula: 16100041

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do/a
participante.

Local e data